

JUNHO 2023

34ª EDIÇÃO

GAZETA DO POVO

REVISTA



Zanin, de inimigo da Lava Jato a indicado ao STF

Protesto do 4/6 testa capacidade de união contra autoritarismo judicial

Editorial: Lula, a insanidade, os sonhos totalitários e a Vigilância da sociedade

Índice

Editorial: Lula, a insanidade, os sonhos totalitários e a necessária vigilância da sociedade **04**

Paulo Uebel: Para a Suprema Corte americana, a liberdade de expressão é um valor fundamental **12**

Franklin Ferreira: O caso das Casas Heil: “Eu vejo nazistas por todos os lados” **27**

Zanin, de inimigo da Lava Jato a indicado ao STF **44**

Como Alexandre de Moraes se tornou o homem mais poderoso do Brasil **57**

Protesto do 4/6 testa capacidade de união contra autoritarismo judicial **93**

“O agro não produz arroz”: os ataques da esquerda contra o agronegócio **105**



USUÁRIO DE ANDROID: PARA NAVEGAR UTILIZANDO OS LINKS DE PÁGINA VOCÊ PRECISA DO APP [ACROBAT READER](#)



A LIBERDADE
FORTALECE
A VERDADE

JORNADA

Liberdade de Expressão

Ganhe os
melhores
argumentos
para vencer
a censura.

- ◆ *Curso exclusivo sobre liberdade de expressão*
- ◆ *E-book “Argumentos Sobre a Liberdade”*
- ◆ *Série “Narrativas da Censura”*

Inscreva-se agora



Lula recebeu o ditador venezuelano, Nicolás Maduro, nesta segunda-feira (29).| Foto: EFE/André Coelho.

| Editorial

Lula, a insanidade, os sonhos totalitários e a necessária vigilância da sociedade

Em seu esforço máximo para se aproximar cada vez mais de ditadores, Luiz Inácio Lula da Silva resolveu tratar com todas as pompas e circunstâncias o autocrata venezuelano Nicolás Maduro, que veio ao Brasil participar de um

encontro dos presidentes da América do Sul. Sob pretexto de discutir a reorganização da União das Nações Sul-Americanas (Unasul) – minada, justamente, por insistir em defender figuras como Maduro –, Lula aproveitou para mimar e afagar o ego do seu amigo venezuelano.

Se em outros países o bolivariano evita colocar os pés por medo de sanções que podem incluir até a prisão, no Brasil, graças a Lula, Maduro, tão logo pousou em solo pátrio, na noite de domingo (28), foi recebido pela guarda de honra da Força Aérea Brasileira, que, seguindo os protocolos previstos, prestou continência ao ditador. Na segunda-feira (29), o venezuelano foi recebido pelo presidente brasileiro para uma reunião bilateral. O encontro oficializou de vez a reaproximação do Brasil com o regime venezuelano, iniciada logo após Lula ser eleito,

em 2022, envergonhando de vez quem quer que tenha um mínimo de consciência democrática.

Ao que parece, Lula insiste tanto em não enxergar os abusos na Venezuela porque não vê problema em que o mundo – incluindo o Brasil – adote um sistema similar.

No afã de defender o regime venezuelano, Lula não parece nem um pouco melindrado em dizer disparates. Primeiro, convidou empresários a investirem na Venezuela, país hoje considerado o de maior risco para investimentos da América Latina, além de estar na lista dos mais corruptos e menos transparentes do mundo. Depois, insistiu em dizer que a Venezuela não é uma ditadura: o país caribenho, na sua versão tresloucada, é vítima de uma “narrativa de antidemocracia e do autoritarismo”, organizada pelo restante do mundo.

Ora, a realidade, sobejamente conhecida, é que a Venezuela, infelizmente, é o palco de um dos maiores retrocessos civilizatórios de que se tem notícia. As inúmeras denúncias de violações contra os direitos humanos e mesmo de crimes contra a humanidade, hoje sob análise do Tribunal Penal Internacional, tornam patentes abusos sem precedentes em nosso continente. Prisões, perseguições, assassinatos, tortura e estupros são relatos comuns das vítimas do regime. Além disso, estima-se que 7,1 milhões de venezuelanos tenham fugido do país e buscado refúgio em outras nações. Como o sistema judiciário é subserviente ao Executivo e a imprensa livre não existe, órgãos como o Human Rights Watch avaliam que só parte das atrocidades praticadas sob o regime de Maduro consegue ser conhecida, e que, por isso, a situação real no país deve ser ainda mais grave.

Assim, é de extrema gravidade que Lula insista nesse discurso, contradizendo os fatos, fartamente documentados, e defendendo o indefensável. É impossível que o presidente não tenha acesso a informações sobre a real situação da Venezuela que pudessem explicar sua ignorância em relação ao país vizinho. Se insiste em distorcer os fatos, das duas uma: ou perdeu a razão, ou então adota essa postura com plena consciência e deliberadamente. Ambas as possibilidades são profundamente perturbadoras e intoleráveis, a exigir máxima atenção por parte da sociedade.

No caso de o presidente ter perdido a razão e a capacidade de discernir realidades, de diferenciar uma democracia de uma ditadura, seria o caso de ajudá-lo a se submeter a um exame de sanidade. A condução de um país exige uma mente minimamente lúcida, o que

definitivamente, nessa hipótese, teria deixado de ser o caso. Ora, ninguém em sã consciência admitiria deixar nas mãos de um desarrazoado a condução de um país...

A outra possibilidade, infinitamente mais provável, não é menos estarrecedora. Em vez de um deslize nascido da ignorância fruto da perda da razão, estaríamos diante de uma estratégia patente de defesa do que há de pior em termos de regimes de governo. Um projeto de poder materializado na Venezuela e em outras ditaduras, que começa por vias aparentemente democráticas ou populares e, com o tempo, se não encontra freio, assume ares totalitários. Um projeto que usa a mentira e a repetição sistemática de falsidades e narrativas fantasiosas como principal arma de seu arsenal. Ao que parece, Lula insiste tanto em não enxergar os abusos na Venezuela – e nem na China, na Nicarágua e em

tantos outros regimes disfuncionais mundo afora – porque não vê problema em que o mundo – incluindo o Brasil – adote um sistema similar, onde a oposição não existe, a liberdade de expressão é cerceada, o Judiciário é subserviente ao Executivo e o Estado se torna uma máquina de perseguição a desafetos políticos.

Esse aceno vergonhoso de Lula às ditaduras não pode ser visto como normal ou insignificante. Se está em pleno domínio de suas faculdades e opta conscientemente por falsear a verdade sem nenhum pudor e por distorcer os fatos em prol da defesa de um projeto espúrio de poder, cabe à sociedade, diretamente e por meio de seus representantes eleitos e instituições, deixá-lo desconfortável e fazê-lo perceber que não pode se sentir à vontade para mentir e defender o indefensável. Infelizmente, por algum misterioso fenômeno de massas, cujos

mecanismos psicológicos precisariam ser melhor estudados, mesmo pessoas em outras circunstâncias equilibradas tendem a admitir como verdadeiras falsidades irritantemente repetidas pela esquerda e por seus aliados de ocasião. Nenhum fato é mais significativo nesse sentido do que as falácias lançadas contra a Lava Jato. Por tudo isso, a hora é de estarmos todos cada vez mais conscientes do escasso ou nenhum valor das palavras e decisões do nosso atual presidente, e vigiar.



[Voltar ao índice](#)



Paulo Uebel



Suprema Corte dos EUA: redes sociais não devem ser responsabilizadas pelas publicações de seus usuários. | Foto: Pixabay

Para a Suprema Corte americana, a liberdade de expressão é um valor fundamental para a democracia

A Suprema Corte dos Estados Unidos manteve o entendimento de que as redes sociais não devem ser responsabilizadas pelas publicações de seus usuários. A decisão reafirma a Seção 230

dos Estados Unidos, a lei americana que isenta as redes sociais de pagar a conta por conteúdos de terceiros. Como deve ser bom respirar num país em que se respeita a liberdade de expressão e a segurança jurídica! No Brasil, por outro lado, as pessoas que se julgam mais democratas, desenvolvidas e amantes do progresso humano defendem, muitas vezes, que as redes sociais sejam responsabilizadas por publicações de seus usuários.

Se um infeliz faz apologia ao nazismo, comunismo, fascismo, socialismo ou a qualquer outro regime totalitário no Twitter, no Instagram, no Telegram ou no WhatsApp, será que as plataformas devem ser responsabilizadas ou o indivíduo que abusou da sua liberdade de expressão? Ou ambos? No Brasil, pelo visto, se a apologia for em favor do socialismo e do comunismo, parece que ninguém precisa ser

responsabilizado. Temos até partidos e políticos que fazem isso. Mas, se houver qualquer outro abuso, tem gente que quer responsabilizar as plataformas, sem levar em consideração os problemas dessa decisão, a chamada lei das consequências não intencionais.

Como ocorre com qualquer política pública, não basta avaliar as intenções buscadas, mas, acima de tudo, os resultados efetivos que serão produzidos

Segundo essa lei, qualquer ação ou decisão pode ter consequências que não são desejadas ou pretendidas pelo agente. Muitas vezes, as consequências não intencionais podem ser piores que o benefício. Assim, como ocorre com qualquer política pública, não basta avaliar as intenções buscadas, mas, acima de tudo, os resultados efetivos que serão produzidos,

incluídos os resultados não intencionais de qualquer decisão, ação ou política.

E, ao fazer essa análise, ponderando princípios e valores, a Suprema Corte americana, de forma unânime, por 9 x 0, entendeu que as plataformas não podem ser responsabilizadas por conteúdo de terceiros, salvo se ficar comprovado que as plataformas contribuíram ou instigaram um conteúdo sabidamente ilegal ou violento. Segundo o voto do ministro Clarence Thomas, a mera demora ou atraso na remoção desse conteúdo não é suficiente para comprovar a culpabilidade das plataformas digitais.

Se você for responsabilizado por conteúdos de terceiros postados na sua plataforma, você, certamente, irá criar mecanismo de censura prévia

No Brasil, se a responsabilização das plataformas por conteúdos de terceiro avançar com o PL da Censura (PL 2630/2020), o que será que vai ocorrer? Evidentemente, as plataformas criarão mecanismos para censurar, previamente, qualquer conteúdo, afirmação ou crítica que possa parecer controversa. E isso terá um impacto muito grande na liberdade de expressão, no direito à informação e, sobretudo, na capacidade da população fazer o controle social dos poderosos governantes e representantes.

Ora, coloque-se no lugar das plataformas. Se você for responsabilizado por conteúdos de terceiros postados na sua plataforma, você, certamente, irá criar mecanismos de censura prévia para evitar qualquer tipo de responsabilização. Ao fazer isso, mesmo não querendo, você irá limitar, reduzir e controlar, direta ou indiretamente, o conteúdo e o alcance do debate

público. Será que isso trará mais benefícios do que prejuízos? É muito difícil sustentar isso em uma democracia que pretende ser plena e que já viveu e sentiu os malefícios de um governo autoritário.

Vamos culpar as operadoras de telefonia porque um presidiário usa seus serviços de telecomunicações para praticar crimes de dentro da penitenciária?

É o mesmo que culpar os Correios por entregar um pacote que, sem o conhecimento dos carteiros, tem uma mensagem racista dentro. Vamos aprovar uma lei para os Correios lerem todas as cartas antes da entrega para evitar algum abuso? Ou devemos focar a energia do Estado em punir quem abusou da sua liberdade? E no caso de ligações com a finalidade de realizar um ato sabidamente ilegal como extorsão ou chantagem? Vamos culpar as

operadoras de telefonia porque um presidiário usa seus serviços de telecomunicações para praticar crimes de dentro da penitenciária ou devemos culpar o Estado e seus líderes que são coniventes com a obtenção e uso de telefones celulares dentro das cadeias? Imaginem se houvesse uma lei obrigando as telefônicas a escutarem todas as ligações e derrubarem aquelas que possuem algum tipo de conteúdo sabidamente ilegal.

Enfim, os exemplos são variados. No momento em que você aceita que o controle da informação pode e deve ser realizado previamente para impedir que indivíduos cometam crimes, mesmo sem querer, você aceita a censura prévia e todas as terríveis consequências que isso produziu ao longo da história.

"Vamos continuar o nosso trabalho para

salvaguardar a liberdade de expressão online, combater conteúdos nocivos e apoiar empresas e criadores que se beneficiam da internet", afirmou a conselheira-geral do Google, Halimah DeLaine Prado, sobre a decisão da Suprema Corte americana. Esse deve ser sempre o caminho em uma democracia.

Os brasileiros que entendem o perigo do controle do debate público sabem dos riscos que o PL da Censura traz

A Seção 230 foi aprovada antes mesmo das redes sociais se tornarem comuns no dia a dia dos americanos: em 1996, há 27 anos. Ela faz parte da Lei de Decência nas Comunicações (Communications Decency Act) e estabelece que os provedores de serviços na internet não devem ser tratados como porta-vozes do que é publicado por terceiros. As plataformas também têm certa proteção jurídica debaixo da Seção

230: podem banir conteúdos postados de usuários que infrinjam direitos autorais, violem leis federais ou sejam pornográficos, por exemplo.

Mas enquanto a Constituição americana respeita a liberdade de expressão, no Brasil, algumas coisas surreais acontecem. Em 9 de maio deste ano, o Telegram foi obrigado a enviar uma mensagem de retratação aos seus usuários por ter se posicionado contra o PL da Censura, sendo essa mensagem redigida pelo próprio Poder Judiciário. Foi determinado que o Telegram excluísse a mensagem contrária ao PL em um prazo máximo de uma hora, sob pena de suspensão de 72 horas e uma multa de R\$ 500 mil por hora de descumprimento da ordem. Por acaso, uma pessoa jurídica não pode manifestar livremente sua opinião para seus usuários?

Caso aprovado, o PL vai garantir, de vez, a restrição da liberdade de expressão no Brasil, incentivar a desinformação, impedir a livre circulação de dados

Isso pode significar a criminalização da liberdade de expressão e ameaça aos bastiões da democracia. A mensagem do Telegram, que foi censurada, falava exatamente disso. “A democracia está sob ataque no Brasil. A Câmara dos Deputados deverá votar em breve o PL 2630/2020, que foi alterado recentemente para incluir mais de 20 artigos completamente novos que nunca foram amplamente debatidos. Caso seja aprovado, empresas como o Telegram podem ter que deixar de prestar serviços no Brasil”, disse o aplicativo. Uma de suas afirmações é que o PL da Censura “matará a

internet moderna se for aprovado com a redação atual”.

Na mensagem, o aplicativo também deu um ótimo argumento contra a responsabilização das redes sociais em relação aos conteúdos de terceiros: que isso iria transferir às plataformas poderes de censura, que deveriam ser restritos ao Poder Judiciário, dentro do devido processo legal e com observância do amplo direito de defesa. “Para evitar multas, as plataformas escolherão remover quaisquer opiniões relacionadas a tópicos controversos, especialmente tópicos que não estão alinhados à visão de qualquer governo atualmente no poder, o que coloca a democracia diretamente em risco”.

*Entre liberdade e censura, sempre,
devemos ficar ao lado da liberdade*

O cientista político italiano e coordenador do curso de Relações Internacionais do Instituto Brasileiro de Mercado de Capitais (Ibmec) de Belo Horizonte, Adriano Gianturco, alertou que o que estamos vivendo no Brasil é “totalmente surreal” e incomum nos países democráticos. Em entrevista à revista Oeste na semana passada, ele disse que “as pessoas podem chamar como quiserem: de democracia, autoritarismo ou ditadura do Judiciário. A verdade é que estão sendo tomadas uma série de decisões ilegais, ilícitas, inconstitucionais, especialmente contra um lado político”.

Sem dúvidas, não é um momento bom para os amantes da liberdade no Brasil. Temos parlamentares que querem aprovar o PL da

Censura (basicamente só a oposição ao governo Lula e a Bancada Evangélica são contra), um presidente no poder cujo partido sempre sonhou com a regulação da mídia, e um Poder Judiciário que parece estar cada vez mais disposto a seguir o caminho contra a liberdade de expressão.

Analisando de perto, não é difícil admitir que a melhor opção é não responsabilizar as redes sociais pelo conteúdo de terceiros. Evidentemente, deve se criar mecanismos para a responsabilização a posteriori de conteúdos abusivos, bem como a retirada rápida de conteúdos determinados pelo Poder Judiciário em um processo que respeite o devido processo legal e a ampla defesa, mas tudo dentro do estado democrático de direito, sem nenhum regime de exceção.

Os brasileiros que entendem o perigo do controle do debate público sabem dos riscos que o PL da Censura traz. Portanto, devem pressionar contra sua aprovação, pois o vírus autoritário de censura já está corroendo a frágil e jovem democracia brasileira: o PL vem apenas para tentar fazer com que ele pareça legítimo. Caso aprovado, o PL vai garantir, de vez, a restrição da liberdade de expressão no Brasil, incentivar a desinformação, impedir a livre circulação de dados e quebrar o modelo de negócios de plataformas como Telegram, Google, Meta (dona do Facebook, WhatsApp e Instagram) e Twitter.

Responsabilizar as plataformas por conteúdos de terceiros incentiva a censura prévia e, conseqüentemente, reduz a livre circulação de ideias, principalmente de críticas aos poderes constituídos, enfraquecendo o debate público de

temas importantes para o cenário nacional, assim como a acessibilidade das pessoas às discussões relevantes para o país. Entre liberdade e censura, sempre, devemos ficar ao lado da liberdade. Quem escolhe a censura para ter mais segurança, amanhã ou depois, ficará como Benjamin Franklin alertou: "Aqueles que abrem mão da liberdade essencial por um pouco de segurança temporária não merecem nem liberdade nem segurança".

Autor: Paulo Spencer Uebel foi Secretário Especial de Desburocratização, Gestão e Governo Digital do Ministério da Economia (2019-2020), CEO da Webforce Venture Capital e Diretor da Finvest (2018). Antes, foi Secretário Municipal de Gestão da Prefeitura de São Paulo (2017-2018), CEO da WeWork Brasil (2015-2016) e CEO Global do LIDE - Grupo de Líderes Empresariais (2013 a 2015). Atualmente, é Sócio-fundador e Vice-Presidente da Cristalina Saneamento, Presidente do Conselho de Administração da Companhia de Desenvolvimento de Minas Gerais - CODEMGE, Presidente do Conselho de Administração da Companhia de Desenvolvimento Econômico de Minas Gerais - CODEMIG e Vice-Presidente do Conselho Curador da Fundação Renova.



Voltar ao índice



Franklin Ferreira



| Foto: Eli Vieira com Midjourney

Os cristãos diante da ascensão do autoritarismo no Ocidente

Num momento em que se agiganta o poder da esquerda em todo o Ocidente, e sua agenda é imposta a força pelas elites pagãs, é importante entender o jogo conceitual que está ocorrendo e discernir o abismo para onde a sociedade

Ocidental – berço da liberdade, da história, da literatura, da filosofia, da arte e da democracia – está sendo empurrada – assim como o papel da Igreja cristã. Pois, como destacou Bento XVI: “Quando a política pretende ser redentora, promete demais. Quando pretende fazer a obra de Deus, não se torna divina, mas demoníaca”.

O cerne do esquerdismo

As ênfases estatizantes e intervencionistas são dominantes na mentalidade esquerdista, como no comunismo e nacional-socialismo. Para o modelo de governo esquerdista, há pouca ou nenhuma liberdade individual e econômica. O Estado ou o partido adquire uma dimensão transcendente, assumindo o lugar de Deus, agindo para estender seu domínio ideológico sobre todas as esferas da sociedade. Em suma, o cerne da esquerda é o estatismo. O estatismo

preconiza a intervenção e atuação intensas do Estado nas várias esferas da sociedade e se impõe sobre esta sem considerar se pessoas não aprovam sua estrutura ou não votaram a favor dela. O aparelhamento do Estado a partir do Executivo passa pelo controle do Judiciário, o que se dá por meio da indicação de aliados ideológicos para cargos de ministro da justiça, de ministros da suprema corte e de juizes em posições estratégicas, juntamente com a coerção ou suborno de deputados e senadores do Legislativo – estas ações caracterizam, no conjunto, o modelo estatista. E a imposição desse modelo gradualmente se degenerará numa sociedade governada por um governo autoritário ou totalitário. Ou seja, o estatismo é um conceito mais abrangente que a mera ausência de eleições livres e “democracia”.

As diferenças entre totalitarismo e autoritarismo podem ser estabelecidas pela comparação das características de ditadores totalitários e autoritários:

	Totalitarismo	Autoritarismo
<i>Carisma</i>	Elevado	Baixo
<i>Concepção do cargo</i>	Líder como função	Líder como indivíduo
<i>Alvo do poder</i>	Coletivo	Privado
<i>Corrupção</i>	Baixo	Elevado
<i>Ideologia oficial</i>	Sim	Não
<i>Pluralismo limitado</i>	Não	Sim
<i>Legitimidade</i>	Sim	Não

Em linhas gerais, no autoritarismo, que não é guiado por ideais utópicos ou ideológicos, há certa distinção entre Estado e sociedade, com tolerância a alguma pluralidade na organização social – como Richard Pipes escreveu: “Num tipo comum de sistema autoritário [...] a elite no poder insiste em monopolizar a autoridade política. Mas, como não há pretensões sobre a propriedade privada, seu poder encontra certos limites naturais e muito exatos. Sob tal sistema,

a autoridade política do Estado pode de fato ser absoluta, mas o campo de ação daquilo que constitui a esfera da própria autoridade política é limitado. O Estado não permite ao cidadão que participe do processo legislativo, mas não pode interferir no modo de vida que ele escolheu. O Estado pode prendê-lo por atividades sediciosas, mas não pode despedi-lo de seu emprego (a menos que aconteça ser um funcionário público) ou privá-lo, por outro modo, de seu meio de vida”. O totalitarismo, por sua vez, invade a vida privada e a asfixia, na tentativa ideologicamente orientada de mudar o mundo e a natureza humana. Neste cenário, a única opinião que pode ser proferida sobre alguma coisa é aquela opinião que não ofende o regime. Isso vale, inclusive, para piadas. É possível dizer que o totalitarismo é uma versão extremada do autoritarismo. Assim, se o autoritarismo seria

um primeiro estágio em direção a uma sociedade totalitária, onde nos encontramos, na atualidade, no Ocidente? E no Brasil?

Eliminando a oposição

No avanço por impor uma sociedade autoritária, um dos objetivos da esquerda será obliterar toda a direita do espectro político-partidário e ideológico. Para tanto, esquerdistas silenciam primeiro os intelectuais “desengajados”, depois os identificados com o conservadorismo e a direita. Essa ação cria um vazio de ideias na guerra cultural, exterminando a presença significativa de defensores do “outro lado”. O lugar que conservadores ocupam na Academia será ocupado por formuladores ideologicamente orientados pela esquerda, com a função de formar os “formadores de opinião”, sobretudo jornalistas, escritores, religiosos e outros.

Todos os adversários devem ser rotulados de “direitistas”, “reacionários”, “fascistas”, “elitistas”, “opressores”, “homofóbicos” etc. Agindo assim, a esquerda cria um antagonismo que impede que a sociedade os ouça.

Como Charles Frankel alertou: “Um dos perigos da ideia socialista, de fato, reside precisamente no seu poder de intoxicação moral. Ela apela a inegáveis valores humanos: compaixão pelos que sofrem, uma justa e equitativa partilha dos ônus comuns, um esforço cooperativo que eleve todos a novos níveis de esclarecimento e virtude. Envoltos em seus valores mais altos [...] fica fácil para os socialistas pensar naqueles que discordam como decaídos no plano moral. Uma das regras fundamentais da democracia é que se deve ter o oponente – ou ao menos tratá-lo assim – como fundamentalmente sensato e sincero. Mas os socialistas da espécie ideológica

sempre tiveram dificuldades em seguir esta regra, e acabam removendo-se para a periferia da política democrática. E, quando os socialistas genuinamente democráticos aparecem, estes fanáticos os repudiam como desertores da causa”.

Assumindo a hegemonia política e cultural, o espectro político fica restrito à extrema esquerda, à esquerda e à centro-esquerda. E a centro-esquerda torna-se no imaginário popular a extrema direita. Desse modo, as posições de esquerda podem ser percebidas como “de centro” ou moderadas. Todo o sistema partidário passa a ser composto de “linhas auxiliares” do projeto de tomada e permanência no poder por parte da esquerda. É na “estratégia da tesoura”, no aparente combate entre a “direita” e a “extrema esquerda” que se dá o golpe revolucionário na sociedade civil, que visa a

implantação do socialismo autoritário – o primeiro passo para o domínio totalitário da sociedade.

E o domínio total da sociedade seria a completa implantação do comunismo. De acordo com Archie Brown, o comunismo, que seria o “estágio mais elevado de socialismo”, o estágio final de desenvolvimento da sociedade – em que as instituições do Estado seriam substituídas por uma sociedade harmoniosa e sem classes, que se autoadministraria – tem as seguintes características definidoras, que podem “ser agrupadas em três pares, relacionando-se, primeiramente ao sistema político; em segundo lugar, ao sistema econômico; e em terceiro, à ideologia”:

- 1) “o monopólio do poder do partido comunista”,
- 2) o “centralismo democrático”, por meio do qual o partido tem plena autonomia para tomar qualquer decisão,
- 3) “a posse não

capitalista dos meios de produção”, 4) “o domínio de uma economia de comando, em oposição a uma economia de mercado”, 5) “o propósito declarado de construir o comunismo como objetivo final e legitimador” e 6) “a existência de um Movimento Comunista Internacional e o senso de pertencer a ele”. Desde 1939 não se via declínio da democracia representativa no Ocidente como agora se vê, usurpado, muitas vezes, pelo ativismo judiciário. Será a implantação do comunismo totalitário o futuro do Ocidente?

Diante do anticristo

Nos exercícios espirituais da quaresma de 2007, o papa Bento XVI convidou o arcebispo emérito de Bolonha, o cardeal Giacomo Biffi, para tratar do tema “o senhorio de Cristo sobre o cosmos e a história”. Como introdução ao tema, Biffi

analisou um conto sobre o anticristo, do filósofo cristão russo Vladimir Soloviev, que é parte de sua última obra Os três diálogos e o relato do anticristo, publicada originalmente em 1899.

Ele disse na ocasião: “Virão dias, nos disse Soloviev, em que o cristianismo tenderá a reduzir o fundamento da salvação, que não pode ser aceita se não pelo ato difícil, corajoso, concreto e racional da fé, a uma série de ‘valores’ facilmente negociados no mercado mundano. É desse risco que devemos nos proteger. Mesmo se um cristianismo que falasse somente de ‘valores’ amplamente compartilháveis se mostrasse infinitamente mais aceitável ao público, nas congregações sociais e na política, nas transmissões de televisão, não podemos e não devemos renunciar ao cristianismo ‘de Jesus Cristo’, o cristianismo que possui em seu

centro o ‘escândalo’ da Cruz e a realidade perturbadora da ressurreição do Senhor. Este perigo – devo acrescentar – na sociedade dos nossos tempos não é puramente hipotético”. E Biffi fez o alerta importante: “Em muitas propostas, em muitas iniciativas, em muitos discursos das nossas comunidades [...] Jesus Cristo é uma desculpa para falar de outra coisa. O Filho de Deus crucificado e ressurgido, único Salvador dos homens, não é ‘transferível’ a uma série de bons projetos e de boas intenções, verificáveis na mentalidade mundana dominante. É uma ‘pedra’, como ele próprio referiu-se à si mesmo – e como nós mesmos raramente temos coragem de repetir –: sobre essa ‘pedra’, ou (crendo) se constrói ou (contrapondo-se) nos esmagamos: ‘[Aquele que tropeçar nesta pedra, far-se-á em pedaços; e aquele sobre quem ela cair será esmagado.]’ (Mt 21,44)”.

Assim, a grande tentação aos quais os cristãos estão expostos no Ocidente, ao mesmo tempo que experimentam uma escalada autoritária, é que “se o cristão, por amor à abertura ao mundo e da boa relação com todos, quase sem perceber dissolve [...] o fato salvífico na exaltação e na realização destes objetivos secundários [o amor ao diálogo e a promoção de valores relativos], então ele se impede de conhecer pessoalmente o Filho de Deus crucificado e ressuscitado, e cai pouco a pouco no pecado da apostasia, e encontra-se ao final ao lado do anticristo”. Pois um mundo que não consegue reconhecer o sobrenatural, um mundo que tenta elevar a humanidade ao mais alto nível sem Deus é um mundo em que o anticristo pode entrar e agir com mais facilidade. E como a tradição cristã tem afirmado desde sempre, “fora de Cristo – pessoa concreta, realidade viva, evento – só há

o ‘vazio’ do homem e o seu desespero. Em Cristo, que é o pleroma do Pai, o homem encontra a sua plenitude e a sua única esperança”. Como os cristãos vão lidar com as tensões inerentes à ascensão de uma sociedade anticristã e autoritária ou totalitária no Ocidente?

“Não abandoneis [...] a vossa confiança”

Helmuth James Graf von Moltke era um cristão luterano, e foi membro do Círculo de Kreisau, de resistência ao nacional-socialismo alemão. Por sua oposição ao regime, celebrada em *The Restless Conscience: Resistance to Hitler Within Germany 1933–1945*, que concorreu ao Oscar de melhor documentário de 1992, ele foi preso pela Gestapo, em 19 de janeiro de 1944. Levado ao tribunal, travou o seguinte diálogo com o juiz-algoz, registrado numa carta escrita na prisão de Tegel para sua esposa, Freya, em 11 de

janeiro, pouco antes de sua morte, em 23 de janeiro de 1945, na prisão de Plötzensee, em Berlim: “No decorrer de seus discursos, [o juiz Roland] Freisler me disse: ‘O Nacional-Socialismo assemelha-se ao cristianismo em apenas um aspecto: nós exigimos a totalidade do homem’. Não sei se os outros que estavam sentados ali puderam compreender o que foi dito, pois esse foi o tipo de diálogo travado entre Freisler e eu – um diálogo subentendido, visto que não tive a chance de dizer muita coisa – um diálogo por meio do qual passamos a conhecer um ao outro totalmente. Freisler era o único do grupo que me entendia completamente, e o único que percebia por que deveria me matar... No meu caso, tudo era determinado da forma mais severa. ‘De quem você recebe ordens, do outro mundo ou de Adolf Hitler? Onde você deposita sua lealdade e sua fé?’” Não

estaria essa pergunta ligada à luta entre a completa fidelidade que a esquerda exige versus a exclusiva adoração ao único Deus, o verdadeiro soberano e rei, revelado absolutamente no único Salvador e Messias, o Senhor Jesus?

Moltke continuou: “A frase decisiva no processo foi: ‘Herr Conde, o cristianismo e nós, nacional-socialistas, temos apenas uma coisa em comum; uma única coisa: nós reivindicamos a totalidade do homem’. Eu gostaria de saber se ele realmente compreendia o que havia dito ali. [...] Mantive minha posição [...] não como um protestante, não como um proprietário de terras, não como um nobre, não como um prussiano, nem mesmo como um alemão... Nada disso, mantive minha posição como um cristão e nada mais...” Que o bom Deus nos ajude a alcançar tal firmeza diante do mundo, ao custo da própria vida, se necessário. Pois

Deus não tolera culto a outros seres ou entes. Somente Deus, o todo-poderoso, cujo Reino já se faz presente em seus sinais por meio do ressurreto e único Senhor, Jesus, o Filho de Deus, é digno, em todo o tempo e circunstância, de todo culto, lealdade, devoção e glória.

Autor: Franklin Ferreira é Bacharel em Teologia pela Escola Superior de Teologia da Universidade Presbiteriana Mackenzie, pós-graduado em Bíblia e Teologia pela Universidade Luterana do Brasil e Mestre em Teologia pelo Seminário Teológico Batista do Sul do Brasil. É pastor da Igreja da Trindade e diretor-geral e professor de teologia sistemática e história da igreja no Seminário Martin Bucer, em São José dos Campos-SP, professor-adjunto no Puritan Reformed Theological Seminary, em Grand Rapids-MI, nos Estados Unidos, secretário geral do Conselho Deliberativo do IBDR e consultor acadêmico de Edições Vida Nova. Autor de vários livros, entre eles Teologia Sistemática (este em coautoria com Alan Myatt), A Igreja Cristã na História, Avivamento para a Igreja, Contra a Idolatria do Estado e Pilares da fé, publicados por Edições Vida Nova, e Servos de Deus e O Credo dos Apóstolos, publicados pela Editora Fiel..



Voltar ao índice



Cristiano Zanin Martins, defensor de Lula, travou duros embates com o ex-juiz Sergio Moro em audiências na Justiça | Foto: Antonio Cruz / Agência Brasil

Zanin, de inimigo da Lava Jato a indicado ao STF

Por Renan Ramalho

Após quase dois meses de expectativa, o presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT) indicou o advogado Cristiano Zanin Martins, de 47 anos, para o Supremo Tribunal Federal (STF). Advogado do petista desde 2013, ele se tornou o maior símbolo da ascensão e queda da Operação Lava Jato, mas no

sentido inverso. Se durante anos amargou seguidas derrotas nos processos contra Lula, vendo o cliente ser preso e afastado das eleições de 2018, virou o jogo nos anos seguintes, revertendo as condenações e arquivando as mais de 20 ações e investigações que o alvejavam.

Durante todo esse período, Zanin manteve intacta a mesma linha de defesa: além de alegar a inocência do atual presidente, apontando falta de provas de que teria se beneficiado de desvios da Petrobras, questionou, de forma minuciosa e insistente, inúmeros atos processuais.

Desde o início, contestou a competência da 13ª Vara Federal de Curitiba para concentrar os casos, obtendo êxito em 2021, quando o Supremo acolheu a tese e anulou as condenações de Lula. Além disso, sempre acusou o ex-juiz e hoje senador Sergio Moro (União Brasil-PR) de parcialidade e os

procuradores da extinta força-tarefa de perseguição a Lula – tese também aceita no STF e que levou as investigações à estaca zero e depois à prescrição.

Até hoje, Zanin alimenta a teoria de que Moro e o ex-procurador e deputado cassado Deltan Dallagnol (Podemos-PR) conspiraram com os Estados Unidos com o objetivo de desmantelar a força da Petrobras no mercado internacional e a entrada de empreiteiras brasileiras no exterior. Valendo-se de mensagens hackeadas trocadas entre os dois, reforçou a narrativa de conluio entre juiz e acusação nos processos da “República de Curitiba”, o que também contribuiu para o desmonte da maior operação de combate à corrupção já vista no país. Se durante seu auge, a Lava Jato conseguiu avançar conquistando apoio da imprensa e da opinião pública, além de cooperações com outros países

para obter provas, Zanin não ficou para trás. Na guerra contra a operação, acionou advogados e juristas renomados fora do Brasil, levando o caso de Lula à Organização das Nações Unidas (ONU), onde também conseguiu uma decisão favorável ao petista, importando para o Brasil a teoria do “lawfare” – junção das palavras “law” (lei, em inglês) e “warfare” (guerra).

“É o uso estratégico do Direito para fins de deslegitimar, prejudicar ou aniquilar o inimigo”, definiu Zanin no livro que lançou em 2019 sobre o tema, em coautoria com sua mulher e sócia, Valeska Teixeira Martins, e o advogado Rafael Valim. Além da contraofensiva contra Moro e Dallagnol, também processou, em nome de Lula, dezenas de jornalistas que também investigavam, em reportagens, suspeitas de corrupção sobre o presidente.

Mas, além de livrar Lula, Zanin também abriu a

porteira do Supremo para inúmeros outros réus na Lava Jato enterrarem seus processos. Numa ação apresentada em 2020, ele afirmou que os arquivos digitais da Odebrecht usados pelo Ministério Público Federal (MPF) para comprovar o pagamento de propina e caixa 2 poderiam estar adulterados, pela "forma obscura" como foram transportados da Suíça para o Brasil. Com isso, conseguiu que o ministro Ricardo Lewandowski, cuja cadeira passará a ocupar, anulasse a validade dos registros como prova e suspendesse inquéritos contra diversos políticos, como o vice-presidente Geraldo Alckmin (PSB), o prefeito do Rio de Janeiro, Eduardo Paes (PSD), o ex-presidente da Fiesp Paulo Skaf (MDB), entre vários outros.

O sucesso na demolição da Lava Jato deu a Zanin notoriedade no mundo político e fez crescer a confiança de Lula em seu advogado. Foram fatores que, desde antes da posse, já o tornavam favorito

do presidente para substituir Lewandowski, também indicado por Lula em 2006 e considerado por ele o ministro mais fiel ao PT entre todos os indicados durante os governos do partido. Lula considera que Zanin é leal e não o “traíria” como outros ministros indicados por ele e pela ex-presidente Dilma Rousseff. Petistas se ressentem até hoje de terem apoiado as indicações de Luiz Fux e Luís Roberto Barroso, pelo viés liberal na área econômica e por terem sido duros nos escândalos de corrupção do partido que chegaram à Corte.

Zanin também acabou conquistando simpatia entre os atuais integrantes do STF. Já se manifestaram a favor de sua indicação Gilmar Mendes, o decano e mais influente ministro da Corte, Cármen Lúcia e Barroso. “É um grande nome, haja vista a vitória que obteve ressuscitando o presidente Lula. E não há quebra do princípio da impessoalidade. A escolha é soberana do presidente, que deve indicar

um jurista de cabedal bom na área do direito e da confiança dele. Não há desvio de finalidade”, diz o ministro aposentado Marco Aurélio Mello.

Por causa do perfil comprovadamente garantista, é dado como certo que seu nome será aprovado com relativa facilidade no Senado. Apesar disso, nos últimos meses, Zanin enfrentou resistência no mundo político, e não apenas de opositores de Lula no campo da direita, incomodados com a proximidade com o petista; e de apoiadores da Lava Jato, receosos de que sua entrada no STF aprofundará ainda mais o revés no combate à corrupção.

Indicação

Lula confirmou a escolha para o STF na tarde desta quinta, por volta das 13h45, por meio das redes sociais. Ele afirmou que já era esperada a indicação de Zanin para o STF, que conhece as qualidades do advogado e acha "que o Brasil irá se orgulhar".

"Já era esperado que eu fosse indicar o Zanin para o STF, não só pela minha defesa, mas porque eu acho que se transformará em um grande ministro da Suprema Corte. Conheço suas qualidades, formação, trajetória e competência. E acho que o Brasil irá se orgulhar", afirmou o petista.

Resistência na esquerda

Houve e ainda há fortes reservas a Zanin sobretudo na esquerda. Petistas e advogados que preferiam outros nomes dizem que, fora a atuação na Lava Jato, pouco se sabe sobre o que Zanin pensa em temas caros ao campo progressista. “É um grande advogado, mas é profundamente conservador e enigmático. Nada se sabe sobre o que pensa sobre a questão tributária, criminalização da homofobia, direito agrário, movimentos sociais”, diz um advogado que circula nas rodas do partido e influente sobre o núcleo duro do governo.

Há dúvida se Zanin seria realmente bom para o governo Lula, que neste início de mandato já sofre razoável oposição no Congresso e na sociedade. O temor é de que, como outros indicados por Lula, o advogado não dê atenção ao PT e à esquerda – Zanin sempre disse, aliás, que nunca foi filiado ao partido e nunca militou na política.

Em 2017, entrevistado por um veículo de Piracicaba, cidade onde nasceu, ele disse que tinha como referência na advocacia Sobral Pinto, advogado de direita que se notabilizou no Estado Novo e na ditadura militar por defender perseguidos políticos comunistas.

“Ele era uma pessoa conservadora, mas, na atuação dele como advogado, isso era absolutamente irrelevante. Ele defendeu pessoas de um espectro ideológico totalmente diferente e com a mesma altivez e pugnacidade com que defendia pessoas

que estavam no mesmo espectro ideológico dele. Além da sabedoria jurídica, ele associava esse lado combativo e de indignação com a injustiça”, disse Zanin.

Parte da desconfiança se deve ao histórico do advogado antes de defender o presidente. Formado na PUC de São Paulo em 1999, Zanin se especializou em processo civil e direito empresarial. Recentemente, voltou a essas áreas para defender a J&F, em um acordo de leniência, e as Lojas Americanas, que enfrenta litígios com credores após a descoberta de uma fraude contábil, na qual foi revelado um rombo de R\$ 20 bilhões nas contas.

Pela ligação com o alto empresariado, petistas têm suspeitas sobre seus vínculos, pois acham que, com a toga sobre os ombros, pode se virar contra a esquerda tradicional. “O pessoal tem medo que seja

um Barroso 2.0”, resume um magistrado que também conhece bem esse grupo.

“É difícil saber o que disso tudo procede. E ninguém conhece mais o Zanin que o Lula”, diz uma advogada influente em Brasília. Para ela, a maioria das críticas vem de gente que gostaria de outro nome para o STF. Campanhas contra favoritos sempre ocorrem nos bastidores quando surge uma vaga no tribunal, porque a disputa é grande. Dessa vez, o mais forte concorrente de Zanin era o advogado da Companhia Siderúrgica Nacional (CSN) e ex-secretário-geral do STF Manoel Carlos de Almeida Neto, ex-assessor de Lewandowski e preferido dele para a vaga.

A oposição a Zanin em segmentos próximos de Lula, no entanto, não deverá impedir sua aprovação no Senado. Embora o advogado não faça parte de “panelinhas” conhecidas da advocacia de

Brasília, buscou se aproximar nos últimos meses de parlamentares, para ganhar simpatia. É descrito como alguém muito polido e gentil, o que agrada à classe política, sempre interessada em criar pontes com o STF e ser bem recebida nos gabinetes dos ministros.

Sabatina no Senado

O senador Magno Malta (PL-ES), que já sabatinou boa parte dos atuais ministros, sempre de forma crítica ao ativismo judicial e a pautas de esquerda, reconhece que Lula tem liberdade para fazer a escolha de forma discricionária.

“Ele [Zanin] vai ser sabatinado e a gente espera que não seja uma coisa de homologar, quando três ou quatro [senadores] indagam e o resto faz elogios ao currículo que se tivessem um título seria assim: ‘lembra-te de mim’. Nesse caso, não se sabe se se elege um julgador ou um 'blindador'. Espero que o

Senado, que hoje tem outra composição na Comissão de Constituição e Justiça, atue como uma banca examinadora. Sou daqueles que acham que deveríamos ter um indicado que fosse juiz, desembargador, que esteve num tribunal. Quando um presidente indica um advogado para dentro do Supremo, ele entra para advogar as questões de quem o indicou, e isso perpetua o ativismo judicial, e esse é meu temor”, afirma o senador.

Se aprovado pelo Senado, Zanin poderá ficar no STF até 2050, quando completa 75 anos, idade da aposentadoria compulsória no Judiciário.



[Voltar ao índice](#)



Alexandre de Moraes durante a cerimônia de diplomação de Luiz Inácio Lula da Silva, no dia 12 de dezembro de 2022. | Foto: EFE/Andre Borges

Como Alexandre de Moraes se tornou o homem mais poderoso do Brasil

Por Gabriel de Arruda Castro

O ministro do STF Alexandre de Moraes veio ao mundo numa sexta-feira, 13 de dezembro de 1968. O dia em que o AI-5 foi promulgado.

As manchetes dos jornais matutinos noticiavam com surpresa o fato de a Câmara dos Deputados ter

rejeitado a autorização para que o Supremo Tribunal Federal processasse o deputado Márcio Moreira Alves. A maioria dos parlamentares se opôs à permissão, o que significa que o STF não poderia levar adiante as acusações contra o parlamentar.

A queda-de-braço tivera início três meses antes, depois que Moreira Alves fez declarações contundentes contra o regime militar. “Creio haver chegado, após os acontecimentos de Brasília, o grande momento da união pela democracia”, disse ele, que pedia um boicote aos militares e prosseguia: “Enquanto não se pronunciarem os silenciosos, todo e qualquer contato entre civis e militares deve cessar, porque só assim conseguiremos fazer com que este país volte à democracia.”

Sem a autorização ou “licença”, Moreira Alves não poderia ser responsabilizado. As repercussões políticas eram graves: por causa disso, o presidente

Costa e Silva colocou as tropas do Exército de prontidão.

"Votei pela licença na presunção de optar por um mal menor. A atitude da Câmara, porém, foi corajosa, porque a maioria dos deputados assumiu o risco conscientemente", elogiou o deputado Clóvis Stenzel ao jornal O Estado de S. Paulo.

No mesmo dia 13, o Executivo decidiria por uma das maiores violações dos direitos políticos praticada na história do país: o Ato Institucional número 5. Em nome da " ordem democrática" e com base "na liberdade" e no "respeito à dignidade humana", o presidente fechava o Congresso Nacional e suspendia direitos básicos, como o habeas corpus. A coincidência de datas talvez seja insignificante. Mas, como jurista e professor de Direito, Moraes certamente estudou com detalhes os acontecimentos daquele 13 de dezembro. Talvez ela tenha

percebido que parte das pessoas está disposta a aceitar muita coisa em nome da democracia e da liberdade — até mesmo a dilapidação da democracia e da liberdade.

Jurista precoce, autor respeitado

O jurista Alexandre de Moraes não aceitaria que o político Alexandre de Moraes se tornasse o ministro do Supremo Tribunal Federal Alexandre de Moraes.

Em sua tese de doutorado, defendida em 2000, ele escreveu que o presidente da República não deveria ter o poder de indicar para a Suprema Corte alguém que tenha ocupado cargo de confiança em sua gestão. Mas foi exatamente assim que Moraes chegou ao STF: alçado por Michel Temer de ministro da Justiça a integrante da corte. Sem escalas.

Esta é uma das muitas contradições na trajetória do ministro que, tendo sido aluno exemplar, promotor implacável e político hábil, em pouco tempo se tornou o protagonista do Supremo Tribunal Federal.

De estudante de Direito a político a promotor de justiça a ministro do STF a (dizem alguns) “imperador absoluto” do Brasil, o paulistano Alexandre de Moraes já fez muito em seus 54 anos de vida.

Tanto que é fácil esquecer como, há apenas seis anos, ele era a esperança de um nome mais conservador para o STF, motivo pelo qual foi duramente atacado por figuras da esquerda.

A vida pública de Moraes tem suas raízes na Faculdade de Direito do Largo de São Francisco, a mais tradicional instituição de ensino superior brasileira. Alexandre de Moraes formou-se lá, na turma de 1990, e ainda hoje é tratado como o

grande destaque da classe que também formou advogados e professores influentes.

Ele foi considerado um jurista precoce. Já em 1997, Moraes lançou a primeira edição de um livro que o tornaria conhecido entre alunos de graduação país afora: *Direito Constitucional*, hoje com mais de 30 edições, apresenta de forma objetiva os dispositivos constitucionais. Ele tinha apenas 29 anos quando a obra foi publicada.

Em 2000, Moraes obteve o título de doutor também pela USP, orientado pelo jurista Dalmo de Abreu Dallari — tão conhecido por sua obra acadêmica respeitada quanto por sua militância a favor do Partido dos Trabalhadores.

A tese de doutorado recebeu o título de “Teoria geral do direito constitucional administrativo — perfil constitucional da administração pública.” Nela, o futuro ministro do Supremo Tribunal

Federal faz uma sugestão curiosa: ele propõe que figuras com vínculo com o governo não possam ser indicadas ao STF — como ele, então ministro da Justiça, acabaria sendo 17 anos depois. “É vedado para o cargo de Ministro do STF o acesso daqueles que estiverem no exercício ou tenham exercido cargo de confiança no Poder Executivo [...] durante o mandato do Presidente da República em exercício no momento da escolha, de maneira a evitar-se demonstração de gratidão política ou compromissos que comprometam a independência da nossa Corte Constitucional”, escreveu Moraes, em suas recomendações.

O antigo Moraes também se opunha à usurpação de prerrogativas pelo Poder Judiciário. Em entrevista dada em 2008 ao site Conjur, ele afirmou que uma intervenção excessiva da Justiça sobre os outros poderes levaria a uma crise de legitimidade. “O Judiciário, por meio do Supremo Tribunal Federal,

fica responsável por interpretar a Constituição. Pode extrapolar de vez em quando mas, se isso acontecer sempre, vai haver uma guerrilha institucional. Se o Judiciário começar a interferir muito nos outros dois Poderes, estes passam a não cumprir mais as decisões judiciais e o Judiciário perde sua legitimidade.”

O promotor do “frangogate”

Um ano depois de se formar, Moraes passou em primeiro lugar no concurso para promotor de Justiça do Estado de São Paulo.

Olhando em retrospectiva, a escolha pelo Ministério Público em vez da advocacia ou a magistratura talvez fosse um indicativo do perfil de alguém que prefere acusar em vez de defender. Há quem diga que Direito Constitucional, ainda hoje muito usado em cursos de graduação, dá relativamente pouco espaço a opiniões divergentes; Moraes apresenta

suas ideias com eloquência, mas sem se preocupar em contemplar visões alternativas.

Em 1996, Moraes se envolveu no primeiro caso de grande repercussão na carreira. Ele e outros promotores pediram à Justiça a cassação do mandato do então prefeito de São Paulo, Paulo Maluf, por improbidade administrativa. Quando o juiz negou o pedido, Moraes não fez questão de esconder sua contrariedade. “A decisão é absurda e foi totalmente equivocada. A rapidez com que o juiz despachou causa muita estranheza”, ele insinuou ao jornal O Estado de S. Paulo.

Como promotor, Moraes aparecia nos jornais com frequência. Em 1999, por exemplo, ele abriu dois inquéritos contra fabricantes de cigarros. Um pedia o fim de propagandas que associassem o fumo a profissionais bem-sucedidos e a praticantes de esportes. O outro pedia uma indenização à Philip

Morris e à Souza Cruz por não terem informado os clientes a respeito dos riscos oferecidos pelo cigarro.

Durante seu tempo na promotoria, ele também se envolveu em uma controvérsia. Em 1997, aos 29 anos de idade, Moraes convocou uma coletiva de imprensa para anunciar uma denúncia contra o prefeito Paulo Maluf. Moraes afirmou que a gestão do então prefeito havia comprado frangos superfaturados, e pior: de empresas ligadas a sua família.

O advogado Ênnio Bastos de Barros criticou Moraes: “Ele não guarda o necessário comedimento”, disse o defensor de Maluf. Na época, a insinuação era que Moraes teria agido politicamente para favorecer o PSDB ao lançar uma operação contra Paulo Maluf, possível adversário dos tucanos na disputa pelo governo estadual.

Maluf foi inicialmente condenado a ressarcir os cofres públicos em R\$ 21,7 mil, além de ter os direitos políticos suspensos por cinco anos. Mas recorreu e saiu vitorioso. "Há um grande abismo entre suspeitar de algo e perpetrar a condenação pretendida. Há a necessidade de provas mais robustas de fraude ou da existência de medidas tomadas sem a menor justificativa", afirmou o desembargador Nogueira Diefenthaler, ao dar razão a Maluf.

Embora o caso propriamente dito seja prosaico (especialmente quando se leva em conta as outras denúncias que surgiriam contra Maluf), o episódio alimentou a suspeita, até hoje sem provas, de que Moraes estivesse tentando tirar Maluf da disputa pelo governo de São Paulo em 1998 — o que favoreceria o tucano Mário Covas.

O salto para a política pelas mãos de Alckmin

Moraes continuaria sendo promotor de Justiça até 2002, quando deixou o cargo para se tornar Secretário de Justiça do governo de São Paulo, na gestão de Geraldo Alckmin. O time também tinha Gabriel Chalita na Educação, Eduardo Guardia na Fazenda e Cláudia Costin na Cultura. Entre 2004 e 2005, Moraes acumulou o cargo com o comando da Febem. A acusação contra Maluf continuava sendo o ponto de maior destaque na sua carreira até ali. “Promotor do Frangogate assume a Justiça em SP”, noticiou o Diário do Grande ABC quando o futuro ministro do STF tomou posse.

Moraes não era o primeiro nome da lista para o cargo de secretário. Alckmin queria indicar Cláudio Lembo, professor de Direito reitor do Mackenzie. Mas uma reação de entidades de defesa dos direitos

humanos contra Lembo, associado ao "retrocesso" por seu histórico no PFL.

No ano seguinte, Moraes também se filiaria ao PFL, a convite do mesmo Cláudio Lembo — uma figura peculiar que, sendo membro de um partido à direita, se notabilizou por defender bandeiras de esquerda. Moraes se aproximou de Lembo quando este era reitor do Mackenzie e Alexandre era professor. Ambos tinham em comum a passagem pela Faculdade de Direito do Largo de São Francisco.

Em 2005, indagado se existia uma contradição entre ser membro do PFL e atuar na defesa dos direitos humanos, Moraes respondeu assim: “Os ideais do liberalismo na área jurídica são ideais que não conflitam absolutamente em nada com essa postura. Se nós formos pegar historicamente quem sempre defendeu garantias individuais, princípios

de defesa do ser humano, as liberdades públicas foram os liberais.” Ele prosseguiu: “Nos Estados Unidos, o partido menos conservador, mais ligado ao liberalismo é exatamente o partido democrata, que tem as grandes bandeiras liberais”, disse ele, demonstrando não entender tão bem de política americana. A declaração foi dada no programa Roda Viva, da TV Cultura. Moraes já estava plenamente integrado aos holofotes da política, e parecia confortável nessa posição. Quem o ouvia falar podia identificá-lo como um centrista.

Como secretário, Moraes teve embates com Saulo de Castro Abreu Filho, responsável pela pasta da Segurança Pública. Linha-dura, Abreu Filho se irritava com a preocupação (a seu ver, excessiva) de Moraes com os direitos dos menores infratores.

“Ele teve desentendimentos bastante difíceis com o secretário Saulo de Abreu na época”, lembra

Nagashi Furukawa, que comandava a Secretaria de Administração Penitenciária.

Furukawa tinha que lidar com Moraes com frequência. Ele diz que o futuro ministro se destacava como um gestor eficiente e de fácil trato. Ele destaca outra característica do ministro do STF: o traquejo político. “O talento de fazer política no bom sentido é imprescindível para o homem público. A pessoa tem que saber se relacionar bem, manter bom contato com outras pessoas, e isso o Alexandre sabe fazer”, afirma.

As imagens da época mostram Moraes quase sempre sisudo, sem sinais de calvície e com ternos com todos os botões fechados. Chefe de gabinete do então secretário de Justiça, o advogado e professor Claudio Tucci Junior descreve Moraes como um chefe que dava ordens objetivas e sabia ser exigente. “Naturalmente, com pressão do dia a dia e dos

assuntos inerentes à secretaria, em alguns momentos não se poderia esperar por uma resposta mais lenta, então se tinha uma exigência natural. Mas sempre com tranquilidade, receptividade e sempre ouvindo a todos nós”, ele diz. O ex-chefe de gabinete afirma que, além de bom jurista, Moraes era um gestor competente. “Eu sou testemunha de que ele aliava o conhecimento técnico jurídico e a visão ampla das políticas públicas de competência da secretaria”, diz Tucci Junior, que hoje é advogado e professor da Unisanta.

A agenda de Moraes à época mostra que ele se dividia entre temas complexos, como o combate ao crime organizado, e eventos de pouca importância, como casamentos comunitários. Moraes também recebeu lideranças do MST para tratar da reforma agrária e criou a “Comissão de Promoção de Ações Afirmativas” em 2002. No ano seguinte, ele se declarou a favor das cotas. “Não se trata da

hegemonia do negro sobre o branco, mas de justiça e igualdade de oportunidades.”

Moraes tirou a carteira da OAB em 2005. No mesmo ano, deixou a Secretaria de Justiça após ser indicado pela Câmara dos Deputados para uma vaga no CNJ (Conselho Nacional de Justiça), onde permaneceu até 2007.

Subalterno de Kassab

Em 2007, depois da passagem pelo CNJ, Moraes foi indicado para outro cargo político: o de Secretário de Transportes da Prefeitura de São Paulo na gestão de Gilberto Kassab. No posto, ele chegou a acumular o cargo de presidente da CET, a Companhia de Engenharia de Tráfego paulistana.

Como secretário, Moraes lidou com temas prosaicos. Lançou, por exemplo, o Bilhete Amigão (quatro viagens em oito horas com um bilhete). A pedido da

OAB do bairro de Pinheiros, ele também autorizou a criação de uma linha de microônibus ligando o Fórum de Pinheiros ao metrô Vila Madalena. Ele fez o mesmo com os advogados de Santana: criou uma linha conectando o Fórum de Santana ao metrô Santana. Neste período, Moraes aparecia nos jornais sobretudo como alguém que tentava colocar ordem no trânsito caótico da capital paulista.

Talvez por ser proativo, Moraes ganhou espaço e concentrou atribuições na gestão Kassab. Passou a comandar também a pasta de Serviços, que cuida da coleta do lixo. Mas, em 2010, o futuro ministro deixou o cargo por se opor à criação da Autoridade Metropolitana de Transportes. À época, outro motivo para a saída foi o desgaste causado pela demora na entrega da motofaixa da Rua Vergueiro, um corredor importante na região central de São Paulo.

Advogado do PCC?

Fora de Prefeitura, Moraes decidiu advogar. Essa foi a sua ocupação principal entre julho de 2010 e dezembro de 2014.

Entre julho de 2010 e dezembro de 2014, atuou como advogado. O escritório “Alexandre de Moraes Sociedade de Advogados” ocupava o nono andar de um prédio espelhado no bairro do Itaim Bibi, um dos mais caros da capital paulista.

Em abril de 2014, por exemplo, ele se reuniu com o então Secretário de Transportes da capital paulista, o petista Jilmar Tatto. Moraes também advogou para o PSDB e para Aécio Neves na campanha presidencial de 2014 e entregou um parecer jurídico encomendado pelo Conselho Federal de Farmácia por R\$ 150.000.

Mas o caso mais controverso deste período envolve o PCC (Primeiro Comando da Capital).

A rigor, ninguém é “advogado do PCC” porque o PCC não existe formalmente. Mas a organização criminosa opera em muitas frentes. Uma delas, o transporte alternativo. E essa seria conexão de Moraes com a facção criminosa. O escritório de advocacia comandado por ele defendeu a Transcooper, uma cooperativa de transporte com vínculos com a organização criminosa.

O ministro nega saber de qualquer ligação entre a cooperativa e o bando. “Jamais fui advogado do PCC e de ninguém ligado ao PCC”, disse ele, na sabatina no Senado quando foi indicado ao STF.

Na mesma ocasião, Moraes fez comentários que hoje soam reveladores: ele se demonstrou incomodado com as afirmações de que ele tinha advogado para o PCC, e sugeriu algum tipo de controle sobre as “calúnias” divulgadas na internet. “É inegável que as redes sociais, a

internet, foram, são e continuarão sendo um grande avanço de comunicação, de informação, mas é também inegável — isto é algo em que todos nós, em determinado momento, vamos ter de pensar, uma forma razoável de equilíbrio — que se proliferam calúnias, difamações e injúrias em relação a inúmeras pessoas.”

“Quem, dentro desta Comissão e fora dela, está nos ouvindo e vendo e já foi caluniado, difamado ou injuriado pela internet sabe a dificuldade ou mais, eu diria, a quase impossibilidade de você retirar totalmente essas versões mentirosas.”

Em 2015, o período de Moraes como advogado chegou ao fim. Ele aceitou o convite do governador Geraldo Alckmin para assumir a Secretaria de Segurança Pública de São Paulo. Ali, atuou como uma espécie de xerife: reprimiu protestos contra o impeachment de Dilma Rousseff na Avenida

Paulista e foi incisivo contra manifestantes que haviam invadido escolas públicas paulistas.

Moraes sairia de lá para o Ministério da Justiça na gestão de Michel Temer.

Pai bolsonarista

O ministro do STF é casado desde 1992 com a advogada Viviane Barci de Moraes. Formada na UNIP (tanto em Direito quanto em Propaganda e Marketing), ela comanda o escritório Barci de Moraes, que já atuou em 23 processos no Supremo Tribunal Federal — muitos deles depois que Alexandre já havia se tornado ministro.

O endereço e o CPF do escritório de Viviani Barci de Moraes são exatamente os mesmos daquele comandado pelo marido na década passada. Na verdade, o escritório também é o mesmo: somente o nome mudou. O ex-deputado Gabriel Chalita

também advoga lá. O time inclui dois ex-colegas de Moraes na prefeitura paulistana: Máximo Alves e Olheno Ricardo Scucuglia.

Com Viviane, o ministro do STF teve três filhos: Giuliana, Alexandre e Gabriela. Todos seguiram carreira no Direito. Mas as ceias de Natal na família Moraes não devem ser das mais harmônicas.

O pai do ministro, Leon Lima de Moraes, é apoiador declarado de Jair Bolsonaro. Ao lado da madrasta do ministro do STF, Elizete Gomes Lima, Leon exhibe suas preferências políticas no Facebook. A madrasta disse estar de “luto” no dia que Bolsonaro perdeu a reeleição. No ano passado, o casal se mudou para Toledo, nos Estados Unidos, onde vive uma filha de Elizete.

Leon é conterrâneo e contemporâneo de Michel Temer: ambos se criaram na cidade de Tietê (SP).

Do pai, o ministro do STF herdou a torcida pelo Corinthians.

A chegada ao STF

Moraes sempre foi hábil em construir relacionamentos no poder. Ainda em 2002, quando lançou o livro “Constituição do Brasil interpretada e legislação constitucional”, ele convenceu o então ministro do STF Celso de Mello a assinar o prefácio da obra. Nele Mello afirma que o livro tem um “alto nível científico”. Moraes tinha 33 anos. Ainda em 2002, Moraes já estava sendo citado pelo mesmo Celso de Mello como integrante de um grupo de “eminentes autores.”

Na mesma época, Moraes também assinou um artigo na Folha de S. Paulo em que apresenta medidas do governo paulista a favor dos direitos humanos. O artigo tem trechos de difícil leitura, como este: “A previsão dos direitos humanos

fundamentais direciona-se basicamente para a proteção à dignidade humana em seu sentido mais amplo, que se manifesta singularmente na autodeterminação consciente e responsável da própria vida e que traz consigo a pretensão ao respeito por parte das demais pessoas, constituindo um mínimo invulnerável que todo estatuto jurídico deve assegurar.”

O grande momento da carreira de Moraes viria uma década e meia depois. A nomeação feita por Michel Temer para a Suprema Corte em 2017 seria a primeira a partir de um presidente não-petista desde 2002, quando Fernando Henrique Cardoso escolheu Gilmar Mendes para o cargo. A indicação se deu em circunstâncias incomuns: o ministro Teori Zavascki morreu em um acidente de avião na região de Angra dos Reis.

A relação de Moraes com os petistas não era das melhores. Em março de 2016, por exemplo, ele foi hostilizado por militantes petistas que se manifestavam contra o impeachment de Dilma Rousseff. Aos gritos de “fascista”, deixou o local cercado por policiais.

Por isso, não surpreendeu que, quando Moraes foi indicado à vaga na Suprema Corte, a Executiva do PT tenha reagido com uma nota incisiva: “A indicação do ministro da Justiça do governo golpista, Alexandre de Moraes, para a vaga no STF aberta com a morte do ministro Teori Zavascki é um profundo desrespeito à consciência jurídica do país e ao espírito republicano que deve reger esse tipo de indicação. Sua nomeação e resumida trajetória como ministro da Justiça do governo ilegítimo de Temer tornaram evidente seu despreparo, seu desprezo pelas instituições e sua parcialidade”, disse o comando do partido, em nota pública.

Diante de Moraes, na sabatina na Comissão de Constituição e Justiça do Senado, Gleisi Hoffmann (PT-PR) afirmou: “Nunca houve, nas indicações ao Supremo Tribunal Federal, uma reação contrária, da sociedade civil organizada, tão grande quanto nesse caso da indicação do Dr. Alexandre de Moraes.” Dentro do Senado, não houve reação significativa. A indicação foi aprovada por 55 votos a 13 contra em plenário. Outros 13 senadores não votaram.

Ascensão rápida dentro do STF

No Supremo Tribunal Federal, o tempo de casa produz uma espécie de hierarquia: os ministros mais novos prestam deferência aos mais antigos.

Com Moraes, as coisas aconteceram de forma mais rápida. Ele tem duas características únicas em relação a seus colegas: a ampla experiência política e o histórico de procurador de Justiça. Moraes é o

único integrante da corte a ter sido membro do Ministério Público.

A mudança do status do ministro novato aconteceu de forma mais marcante em abril de 2019, quando o novato recebeu uma missão do então presidente da corte, Dias Toffoli: investigar “ataques” e “ameaças” contra membros da corte.

O então presidente da corte — que, assim como Moraes, frequentou a Faculdade do Largo de São Francisco — se baseou numa argumentação frágil: o artigo 43 do Regimento Interno do STF afirma que o presidente poderá instaurar inquérito (tarefa que normalmente cabe ao Ministério Público) se a infração penal ocorrer “na sede ou dependência do tribunal.” O dispositivo foi criado para tratar de casos internos, como atos de vandalismo dentro do prédio da corte. Mas, em uma canetada, Toffoli passou a considerar que qualquer “ataque” publi-

cado na internet era equivalente a um pedrada nas vidraças do prédio do Supremo.

“O objeto deste inquérito é a investigação de notícias fraudulentas (fake news), falsas comunicações de crimes, denúncias caluniosas, ameaças e demais infrações revestidas de animus caluniandi, diffamandi ou injuriandi, que atingem a honorabilidade e a segurança do Supremo Tribunal Federal, de seus membros; bem como de seus familiares, quando houver relação com a dignidade dos Ministros”, escreveu Moraes, em seu primeiro despacho no inquérito.

O primeiro ato relevante de Moraes foi determinar que o site O Antagonista e a revista Crusoé retirassem do ar reportagens que ligavam o empresário Marcelo Odebrecht, envolvido em escândalos de corrupção, ao ministro Dias Toffoli. Na figura de defensor da honra dos ministros da

corde, Alexandre de Moraes ganhou importância aos olhos dos colegas.

Mas o inquérito das “fake news” rapidamente se tornou o pretexto perfeito para abusos das prerrogativas.

Dali surgiram desdobramentos e mais desdobramentos que, junto com o inquérito dos “atos antidemocráticos”, permitiram que Moraes acumulasse poder de forma inédita. Ele censurou parlamentares e figuras públicas nas redes sociais, autorizou operações de busca e apreensão com base em conversas privadas e jocosas de Whatsapp, e reagiu às críticas à sua atuação como se elas fossem afrontas ao próprio Estado Democrático de Direito.

A investigação sobre a possível fraude no cartão de vacina do presidente Bolsonaro faz parte do mesmo inquérito que apura xingamentos a autori-

dades por perfis do Twitter. Tudo sob a condução de Moraes — ele mesmo acusador, juiz e vítima.

O inquérito aberto em 2019 é o mesmo que levaria à cadeia figuras como o blogueiro Oswaldo Eustáquio, acusado de disseminar notícias falsas.

Moraes também contou com a sorte para presidir o TSE justamente durante o período eleitoral, em 2022. A troca no comando da corte segue padrões pré-estabelecidos, mas, para o cada vez mais poderoso Alexandre de Moraes, não poderia vir em melhor momento. Na condução das eleições, ele repetiu o modus operandi: censura contra qualquer conteúdo que possa ser vagamente interpretado como “fake news”, que com Moraes deixou de significar “informação falsa propagada com o propósito de espalhar desinformação” para significar “afirmação de fato não 100% confirmado por todas as instâncias da Justiça.”

A essa altura, Moraes só poderia ser parado por Moraes — ou pelo Senado Federal, a quem cabe processar ministros do STF por crime de responsabilidade. O governo de Jair Bolsonaro tentou, em agosto de 2021, levar um processo de impeachment adiante. Mas a petição não encontrou apoio do presidente do Senado, Rodrigo Pacheco (PSD-MG). Num Congresso onde vige o foro privilegiado, cada parlamentar pode facilmente se tornar alvo do STF. E não há instância superior a quem recorrer.

Moraes já foi promotor e político. Nunca foi juiz. Talvez isso explique por que costuma agir de forma imperiosa e com um permanente tom acusatório — e dificultar a vida dos advogados sempre que possível.

Para o advogado Renor Oliver, que representa o Canal Terça Livre, os problemas de Moraes vão muito além. “Muitos promotores viram juízes, mas

são garantistas e jamais conduziriam uma investigação como essa. Não existe parâmetro no judiciário para o que está acontecendo”.

Em fevereiro de 2021, Moraes determinou a prisão do deputado Daniel Silveira sob a alegação de que ele havia ameaçado ministros da corte (inclusive ele próprio). Ao contrário do que aconteceu em 1968, o STF mandou prender primeiro e só depois perguntar à Câmara dos Deputados se autorizava a medida.

O advogado Roberto Mohamed, que atua no STF, foi aluno de Moraes em uma pós-graduação no Mackenzie. Ele diz que o futuro ministro do STF era respeitado como jurista e visto como alguém de perfil técnico, apesar de o carisma não ser o seu ponto forte. “Não era um cara muito simpático, mas nunca se recusou a abrir espaço para questionamentos”, diz Mohamed.

Agora, o advogado acredita que o ministro tem se excedido em algumas decisões. “Ele mudou bastante. Quando ele deu aula ele era promotor de Justiça e sempre foi um garantidor dos direitos individuais, e por isso me surpreendem algumas decisões dele”, diz.

Mohamed, que faz questão de deixar claro seu repúdio a Daniel Silveira, afirma que o ministro tomou uma decisão injustificada ao mandar o parlamentar à prisão. O próprio inquérito das fake news, afirma o advogado, surgiu com base em uma interpretação dúbia do regimento do STF, que foi tolerada em nome do que era então tido como o combate a um mal maior: Jair Bolsonaro e seus aliados. “Eu acho que ele atuou, no início, como um defensor do tribunal; mas hoje é isto é desnecessário. Acabou a situação de emergência”, diz o professor.

A advogada Ana Paula Thabata Fuertes, que já ouviu com admiração uma aula magna de Alexandre de Moraes na faculdade e hoje critica a atuação do ministro, afirma que, embora tenha sido um professor competente e um autor capaz de explicar a Constituição em termos didáticos, Moraes não teria chegado ao cargo no STF se o saber jurídico fosse o único critério de seleção.

“Ele é só mais um bom jurista. Você encontraria advogados com mais saber jurídico que ele no mínimo em 100 escritórios de SP”, compara. Para Ana Paula, a passagem pela promotoria deixou marcas no modo de atuação de Moraes. Para ela, Moraes continua atuando como promotor vinte anos após ter deixado o Ministério Público. “A formação dele foi na promotoria. Quem já foi promotor não perde o acusatório. Além disso, se ele se propôs a entrar numa promotoria, ele provavelmente já gostava de ser acusador”, diz ela.

Em muitos aspectos, incluindo o vocabulário e o preparo intelectual, o deputado Daniel Silveira está muito longe de ser um Márcio Moreira Alves. Mas a situação abstrata era a mesma: o Supremo Tribunal Federal, em nome da proteção da liberdade e da democracia, pedia que a Câmara dos Deputados entregasse um dos seus membros à mercê da Justiça. Desta vez, os parlamentares consentiram.

Se Moraes cumprir o tempo que lhe resta para a aposentadoria compulsória, ficará no cargo até 13 de dezembro de 2043. Ele — e o AI-5 — completarão 75 anos naquele dia.



[Voltar ao índice](#)



Deltan Dallagnol em protesto em Curitiba após sua cassação pelo TSE. | Foto: Marcos Tosi/Gazeta do Povo

Protesto do 4/6 testa capacidade de união contra autoritarismo judicial

Por Leonardo Desideri

As manifestações marcadas para domingo (4) estão colocando à prova o poder de união daqueles que são contrários ao crescente autoritarismo do Poder Judiciário no Brasil e à decisão de cassação do deputado Deltan Dallagnol (Podemos-PR). Nos

últimos dias, as desavenças entre grupos políticos que coincidem nestas pautas fizeram a mobilização para o protesto esmorecer, suscitando dúvidas sobre a dimensão do evento.

Até a terça-feira (30), o Movimento Brasil Livre (MBL) era o principal organizador, o que vinha afastando o interesse de apoiadores do ex-presidente Jair Bolsonaro (PL-RJ) de ir às ruas. Na terça, o MBL anunciou que não vai mais participar da manifestação porque ela "tem sido sabotada por algumas alas do bolsonarismo" e porque se sente desprezado por Deltan.

"Nossa militância foi convocada para adesivações e atos com faixas; nossas lideranças estavam se organizando em todas as cidades onde teriam os atos. Tudo isso fizemos sob ataques dos bolsonaristas e com pouca solidariedade de outros agentes.

Mesmo da parte do próprio Deltan, temos visto o seu esforço de se dissociar e se distanciar do MBL", justificou o grupo em um comunicado.

Ex-integrante e atual oponente do MBL, o vereador de São Paulo Fernando Holiday (Republicanos), que apoia as pautas defendidas, mas é contra a participação nos protestos do 4/6, disse via Twitter que o grupo "arregou porque teve que engolir a verdade irrevogável: goste ou não, Bolsonaro é a maior liderança de direita do país". Antes da desistência do MBL, Holiday havia postado: "Se for para voltar às ruas, que não seja pelas mãos dessa gente!".

Sem o MBL, o principal mobilizador do evento é, agora, o movimento Vem Pra Rua – que, assim como o MBL, foi um dos principais aliados de Bolsonaro até 2019, mas antagonizou com o ex-presidente e seus apoiadores nos anos seguintes.

Nos últimos dias, o Vem Pra Rua tem apelado ao discurso da necessidade de união. "Do lado de lá estão todos unidos", diz um cartaz de convocação às manifestações. "Enquanto não unirmos o Brasil contra os abusos e o desgoverno, acumularemos derrotas até o ponto em que será irreversível", afirmou o grupo em uma postagem no Twitter. "União é nosso principal desafio enquanto direita brasileira, mas é também nossa única chance de reequilibrar o jogo político do Brasil", disse em outra.

Parlamentares como o senador Sergio Moro (União-PR) e os deputados Marcel Van Hattem (Novo-RS), Luiz Philippe de Orleans e Bragança (PL-SP) e o próprio Deltan também têm destacado a necessidade de superar diferenças contra o autoritarismo do Judiciário.

"A gente vive numa democracia. A gente não vai concordar em tudo. É normal ter divergência. Agora, quando você tá diante do arbítrio, diante dos desmandos, diante do desgoverno, diante de um governo de vingança, diante de tribunais ultrapassando as linhas da lei sobre as nossas liberdades... Há uma escalada. Você tem a censura. Você tem presos políticos. Agora você tem cassação de mandatos de adversários políticos. Aonde isso vai parar? O que vai acontecer amanhã se eu não agir hoje, se eu não for às ruas hoje, se eu não me manifestar hoje?", questionou Deltan em entrevista ao programa Pânico, da Jovem Pan.

Apoiadores de Bolsonaro ficam em dúvida sobre participação no protesto

Mesmo sem o MBL na equação, alguns apoiadores de Bolsonaro veem outras barreiras para a participação no evento.

Em geral, eles aprovam a pauta dos protestos, mas levam em conta uma declaração recente do ex-presidente, que pediu a seus apoiadores para evitar manifestações no momento. Para ele, é necessário focar, agora, na CPMI do 8 de janeiro.

"Essa CPMI é muito importante para nós, mais do que qualquer outro movimento que porventura alguém queira fazer por aí. Até peço: não façam. O mais importante para nós no momento é a CPMI. Estou vendo as pessoas querendo marcar reunião, povo na rua... Eu peço: não façam isso", afirmou Bolsonaro no último dia 25, no Encontro Nacional dos Presidentes do PL.

A fala está em sintonia com o que personalidades próximas do ex-presidente têm manifestado. O ex-chefe da Secretaria Especial de Comunicação Social (Secom) do governo Bolsonaro, Fabio

Wajngarten, fez um alerta contra os protestos no mesmo dia da declaração de Bolsonaro.

"Faz-se mais do que necessário avaliar quem esteve de fato ao lado do governo nos últimos 4 anos antes de sair apoiando e promovendo manifestação oportunista. A direita teima em ser vagão e rebocada por quem nunca conseguiu ser locomotiva", afirmou Wajngarten.

Parlamentares próximos do ex-presidente mas que já se solidarizaram publicamente com Deltan após a cassação têm mantido silêncio sobre a manifestação do 4/6. É o caso, por exemplo, dos deputados Nikolas Ferreira (PL-MG) e Bia Kicis (PL-DF).

A deputada Carla Zambelli (PL-SP), que havia convocado seus seguidores nas redes sociais para a manifestação do 4/6, publicou um vídeo no Instagram se desculpando pela atitude e dizendo que não tinha visto o posicionamento de Bolsonaro.

Além da falta de engajamento dos parlamentares mais próximos do ex-presidente, outra barreira para a participação de apoiadores de Bolsonaro nas manifestações é o grau de solidariedade a Deltan. Muitos deles acusam o deputado paranaense de oportunismo em sua aproximação recente ao grupo político.

Deltan, por sua vez, diz compreender que o ex-presidente não se envolva no 4/6. "Eu respeito o presidente Bolsonaro e jamais cobraria dele que fosse às ruas, ou que ele tivesse qualquer posição de frente, até porque ele, se defender a ida às ruas, pode ser responsabilizado por qualquer coisa que aconteça. Agora, eu vou estar com aqueles brasileiros que amam o Brasil, são corajosos e querem defender justiça, liberdade e democracia no dia 4 de junho", comentou o deputado à Jovem Pan.

Direita ainda tem dificuldades de colocar pautas acima de divergências, dizem analistas

Lucas Berlanza, presidente do Instituto Liberal, enxerga a aversão à presença de movimentos que se opuseram a Bolsonaro como uma falta de senso de proporção. "A destruição vigente da democracia brasileira, de repente, não é grave o bastante para irmos às ruas", ironiza. "Ao contrário do que esse discurso prega, as manifestações de 4 de junho estão sendo convocadas por organizações distintas, algumas delas bastante atacadas pelo MBL, como o Novo e o deputado Marcel van Hattem. A seriedade do problema deveria ser suficiente para admitirmos até sociais-democratas que concordassem com a necessidade de frear o autoritarismo judiciário participando ao nosso lado. A dificuldade de entender isso demonstra uma falta de disposição por colocar a defesa dos princípios democráticos em primeiro plano", comenta.

A incapacidade de superar divergências em nome de pautas específicas, segundo ele, tem origem na própria forma como a democracia brasileira se desenvolveu. "O Brasil tem uma escassa tradição partidária. Nossos partidos são constantemente destruídos e remodelados na medida em que os regimes são alterados. Em contrapartida, temos uma forte tradição personalista e sebastianista. Esse terreno é propício para que lideranças carismáticas capturem as pautas e movimentos e se sobreponham a uma definição mais clara e sólida dos princípios e programas políticos", diz.

Para ele, o momento é grave o suficiente para colocar desavenças eleitorais de lado. "Infelizmente, no fim das contas, o próprio MBL também desistiu de participar, cedendo às tensões e divergências internas, o que considero profundamente equivocado e outra forma de não colocar o cenário nacional em primeiro plano", afirma.

Para o cientista político Paulo Kramer, a excessiva fragmentação interna é um fenômeno normal em movimentos políticos incipientes, como é o caso da nova direita no Brasil. "Se você olhar no nosso passado recente, até o final do século passado, a esquerda brasileira era também muito dividida. Antes você tinha aquela tradicional divisão dentro do comunismo entre stalinistas e trotskistas. Depois, outras clivagens surgiram. No governo João Goulart, havia uma discussão dentro da esquerda sobre se apoiavam um processo de reformas básicas, dentro da ordem constitucional, chamado de reformas base, ou se a esquerda deveria partir para uma posição mais ousada de acelerar o processo revolucionário", recorda.

A divisão da nova direita, destaca ele, faz parte da criação da identidade desse novo movimento político. "Talvez sejam as dores de crescimento do movimento. Primeiro, é necessário passar por um

processo de autoidentificação. Até pouco tempo atrás, até 10, 20 anos atrás, poucas pessoas tinham coragem de se assumir como de direita."

Quanto ao foco das manifestações na figura de Deltan, Kramer enxerga isso como uma vantagem. "Quando você individualiza uma reivindicação, quando você dá um rosto para ela, fica mais fácil para as pessoas que não são tão politizadas assim aderirem à mobilização. É mais fácil a pessoa lutar por alguém que existe, por um rosto humano identificável, do que por ideias abstratas."



[Voltar ao índice](#)



Durante a CPI do MST, o deputado federal Padre João (PT-MG) disse que “o agro não produz arroz” | Foto: Pablo Valadares/Câmara dos Deputados

“O agro não produz arroz”: os ataques da esquerda contra o agronegócio

Por Bruna Komarchesqui

O agronegócio brasileiro voltou a ser atacado pela esquerda nesta semana, durante a CPI do Movimento dos Sem Terra (MST). No momento da votação dos requerimentos, na quarta-feira (24), o

deputado federal Padre João (PT-MG) propagou desinformação sobre a safra brasileira, ao dizer que “o agro não produz arroz”. "No almoço de hoje, meu cardápio foi arroz, e o agro não produz arroz. O MST que produz. No meu prato tinha alface, o agro não produz alface, nem feijão, nem mandioca. Mais de 70%, tem itens que chegam a 80%, é a agricultura familiar, são os assentamentos de reforma agrária que produzem", afirmou.

O argumento, evocado exaustivamente pela esquerda nos últimos anos, é falso. Segundo a Companhia Nacional de Abastecimento (Conab), na safra 2022/2023, o Brasil vai colher quase 10 milhões de toneladas de arroz, praticamente o volume consumido anualmente no país. Embora a produção seja menor que a de anos anteriores, em decorrência de problemas climáticos (como a estiagem no Rio Grande do Sul, que corresponde a dois terços da produção nacional do grão) e da

redução da área plantada nas últimas décadas, o risco de desabastecimento foi afastado pelo Instituto Rio Grandense do Arroz (Irga), no mês passado.

Em 2018, o pré-candidato à presidência pelo PSOL, Guilherme Boulos, usou argumento semelhante ao do deputado petista, em entrevista ao Roda Viva, da TV Cultura, dizendo que “a maioria do alimento que chega na mesa do povo brasileiro não vem do agronegócio, vem da agricultura familiar”. Um ensaio escrito por Rodolfo Hoffmann, professor da Escola Superior de Agricultura Luiz de Queiroz (ESALQ), da Universidade de São Paulo (USP), na ocasião, desmentiu a informação: “A afirmativa é falsa. O valor monetário de toda a produção da agricultura familiar corresponde a menos de 25% do total das despesas das famílias brasileiras com alimentos”.

Confira outros ataques da esquerda ao agro:

"O agronegócio, sabe? Que é fascista e direitista..."

Lula, durante a campanha presidencial, em sabatina no Jornal Nacional, da TV Globo, em agosto, optando por defender a pauta ambientalista do PT atacando o agronegócio.

"Aquele agronegócio que quer utilizar agrotóxico sem nenhum respeito à saúde humana, possivelmente também estava lá."

Lula, em janeiro, durante declaração ao decretar a intervenção federal no Distrito Federal, citando um possível envolvimento de representantes do agronegócio nos atos de 8/1.

“Tem a famosa feira da agricultura em Ribeirão Preto, que alguns fascistas, alguns negacionistas, não quiseram que ele fosse na feira: desconvidaram meu ministro.”

Lula, novamente, desta vez chamando os organizadores da Agrishow de “mau-caráteres”, neste mês, após suposto “desconvite” feito pelo evento ao ministro da Agricultura, Carlos Fávaro.

“Voto útil de verdade é contra o agronegócio e a motosserra que desmata o nosso país! Vote em quem te representa!”

PSOL, em 2018, durante a campanha presidencial. A propaganda nas redes sociais trazia o “Prêmio Motosserra de Ouro”, contrapondo Katia Abreu e Sonia Guajajara: “Meu lado: desmatamento zero + agricultura familiar + sem transgênico + sem agrotóxico”.

“Tenho muito orgulho de ter como vice a Sonia Guajajara. E ao contrário do que se diz aqui na Globo, o agro não é pop, o agro é tóxico, O AGRO MATA!”

Guilherme Boulos (PSOL), em debate na Globo, em 2018.

“‘O Agro não é pop’: estudo aponta que a fome é resultado do agronegócio - Para pesquisadores, o setor não só não mata a fome, como fomenta a desigualdade que a cria”.

Manchete do jornal Brasil de Fato, em outubro de 2021, sobre o estudo O Agro não é tech, o Agro não é pop e muito menos tudo, publicado na época pela Associação Brasileira de Reforma Agrária (Abra).

“Reforma agrária é combater o mal pela raiz. Hoje, 47% da terra no país pertencem a 1% da população fundiária. É um absurdo. Por isso a importância de distribuir e democratizar a terra. O MST produz 100% de comida saudável. A comida é uma ferramenta poderosa de transformação. Comer é um ato político. A gente faz política com a comida, para o bem e para o mal. O agronegócio detém 70% das terras do país, mas produz somente 30% daquilo que a gente come; 70% daquilo que a gente come vêm da agricultura familiar e a gente sabe que essa comida é saudável. O agro produz commodities, que são base dos produtos ultraprocessados. Que adoecem a população”.

Bela Gil, culinária e apresentadora de TV, que fez parte da equipe de transição de Lula no grupo técnico de Desenvolvimento Social e Combate à Fome.

“Nós, brasileiros, deveríamos parar de dizer fora do Brasil que o país não tem problema ambiental. Nós temos. Faz muito tempo. Quero dar números bem objetivos. Falei que 84 milhões de hectares foram desmatados. Para que essas áreas estão sendo usadas? 67 milhões de hectares para a pecuária; 6 milhões para agricultura de grãos. E 15 milhões (são) de floresta secundária.”

Jorge Viana, presidente da Agência Brasileira de Promoção de Exportações e Investimentos (Apex), criticando o agronegócio brasileiro diante de uma centena de empresários e autoridades em Pequim, reunidos no fórum Brazil-China Business, em março deste ano.

"O Estado investe muito no agro, o crédito é altamente subsidiado, mas, quando você vai fazer esse debate para um conjunto de outros setores que nos interessam estrategicamente, esse debate vira pecado."

Tereza Campello, diretora do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), em março deste ano. A ex-ministra do Desenvolvimento e Assistência Social, Família e Combate à Fome de Dilma Rousseff já havia dito, em dezembro, durante o Festival da Reforma Agrária do MST, que é preciso reduzir a dependência do agronegócio. "Nós queremos plantar sementes estratégicas para transformar o Brasil e a agenda da alimentação talvez seja a mais estratégica nesse sentido. Temos que pensar no sistema alimentar como organizador do campo progressista dentro desse novo governo, articulando a pauta do meio ambiente com o MDA [Ministério do Desenvolvimento Agrário], MDS

[Ministério do Desenvolvimento Social], com as agendas estratégicas para formar um campo e dar uma cara progressista para esse governo, para que seja um governo de fato transformador."

“Das 289 empresas lista suja do trabalho escravo, 172 são de atividades rurais. Parte do agro brasileiro vive no século passado lucrando em cima de trabalhadores, com desmatamento e agrotóxico. Não tem nada de pop nisso.”

Gleisi Hoffmann, presidente do PT, em tweet no mês passado.

“Agro é morte” e “soja não enche o prato”.

Pichações de supostos trabalhadores sem terra vandalizando a sede da Aprosoja (Associação dos Produtores de Soja) em Brasília, em 2019.

"Se vier algum matador de aluguel tentar me matar porque eu estou me metendo e e falando para não sei quantas milhões de pessoas que essa agropecuária precisa mudar e que é um câncer para a nossa natureza, pode vir. Eu não tô nem aí. E eu ainda venho depois como alma penada puxar o pé de vocês. Estou super preparada para isso. Pode mandar ameaça e xingar, não estou me preocupando no momento".

Anitta, em uma sequência de stories no Instagram, em 2019.

“O governo vai apostar nessa transição [para o incentivo de baixo carbono]. Para que a gente tire o agronegócio brasileiro da condição de ‘ogronegócio’.”

Marina Silva, ministra do Meio Ambiente, que também já havia criticado a “insegurança alimentar brasileira”, supostamente responsável por “120 milhões de pessoas que estão passando

fome” no Brasil. O dado é equivocado, como já mostrou reportagem da Gazeta do Povo.

“A crise capitalista e os crimes que o agronegócio estão [sic] cometendo contra a natureza, com o uso intensivo de agrotóxicos que envenenam a terra, os alimentos, contaminam as águas, infelizmente, tem sido a prova que nos ajuda a conscientizar a sociedade de que esse modelo de produção agrícola baseado na grande propriedade e na produção das commodities é o responsável pela volta da fome, da falta de emprego e pela desigualdade social do nosso país. Porque ainda que eles produzam riqueza, ela é concentrada na mão de poucos.”

João Pedro Stedile, coordenador nacional MST, em entrevista ao Brasil de Fato, em junho do ano passado.

“O agro não tem nada de pop e de legítimo. O agro é golpista.”

Alexandre Conceição, integrante da coordenação nacional do MST, em entrevista ao Jornal Brasil Atual, em janeiro, em referência à suposta participação de integrantes do setor na articulação e financiamento dos atos de 8 de janeiro. O militante disse à publicação que o agro é “um dos principais inimigos do povo brasileiro”, “predador” e “não produz alimentos, mas muitos venenos que causam inclusive câncer”.



Voltar ao índice

PARA SE APROFUNDAR

- [Editorial: a perseguição a Deltan Dallagnol, à Lava Jato e a hora da mobilização popular](#)
- [4 de junho: receio de criminalização pelo STF faz manifestantes pró-Dallagnol adotarem restrições](#)
- [Quanto seu estado recebe de volta dos impostos enviados ao governo federal](#)
- [Lobby da maconha ganha força no Congresso com retórica enganosa](#)
- [Descoberta de bunker do tráfico escancara proximidade de ONGs com o crime organizado](#)
- [Retirada de não indígenas de área demarcada no Pará causa problemas sociais e afeta escolas](#)
- [“1984” chega ao streaming e continua atual quase 40 anos depois](#)

COMO RECEBER

As edições da Gazeta do Povo Revista vão estar disponíveis para download em PDF pelos nossos assinantes todos os sábados pela manhã no site do jornal. Também é possível se inscrever, para ser lembrado de baixar o arquivo, pelo [Whatsapp](#) ou pelo [Telegram](#). Se preferir receber por e-mail, você pode se inscrever na [newsletter](#) exclusiva para receber o link de download.

EXPEDIENTE

A Gazeta do Povo Revista é uma seleção de conteúdos publicados ao longo da semana no nosso site. Curadoria e formatação: Carlos Coelho, Glaydson Donadia e Marcela Mendes. Estagiária: Maria Eduarda Souza Mendes. Conceito visual: Claudio Cristiano Gonçalves Alves. Coordenação: Patrícia Künzel.

APLICATIVO

Caso seu acesso seja via aplicativo iOS, só é possível visualizar o pdf. Para fazer o download, recomendamos o uso do navegador de internet de seu celular.



Voltar ao índice